



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO DAS AÇÕES
NO RIO GRANDE DO SUL (SUBFIRS)

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2024
(Do Sr. DR. FREDERICO)

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta SUFIRS, para discutir as ações e medidas de fiscalização e controle interno desempenhadas pelo respectivo Comitê Extraordinário, da Controladoria Geral da União (CGU), em razão da situação de calamidade pública enfrentada pelo estado do Rio Grande do Sul.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RIDC), a realização de Audiência Pública, no âmbito desta SUFIRS), para discutir as ações e medidas de fiscalização e controle interno desempenhadas pela Controladoria Geral da União (CGU), em razão da situação de calamidade pública enfrentada pelo estado do Rio Grande do Sul.

Para isso, solicito que **seja convidado o Exmo. Sr. Ministro Vinícius Marques de Carvalho, da Controladoria-Geral da União**, para que realize uma **apresentação detalhada das ações tomadas, das dificuldades encontradas, e das estratégias futuras da CGU e do Comitê Extraordinário correlato.**





JUSTIFICAÇÃO

Diante da situação de calamidade enfrentada pelo estado do Rio Grande do Sul, é imperativa a realização de audiência pública para estabelecer o diálogo institucional com a d. Controladoria-Geral da União (CGU). Referido órgão tem desempenhado papel crucial no gerenciamento e fiscalização dos recursos destinados ao enfrentamento da crise, incluindo a criação de um comitê extraordinário, um grupo de trabalho em conjunto com o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), e o lançamento de guias e páginas informativas para garantir a transparência e eficiência das ações presentes e futuras.

A correta aplicação dos recursos públicos é vital para assegurar que a ajuda chegue aos mais vulneráveis de maneira eficaz e rápida. A situação de calamidade exige que os recursos sejam gerenciados com precisão e agilidade, evitando desperdícios e garantindo que todas as áreas afetadas sejam devidamente atendidas. A CGU tem se empenhado em monitorar a alocação e o uso desses recursos, mas a complexidade e a urgência das necessidades impõem desafios significativos.

Assegurar a total **transparência nas contratações e aquisições** realizadas durante a calamidade é fundamental para **prevenir fraudes e desperdícios**. Neste sentido, tem-se notícias de que a CGU lançou um guia prático de contratações, criou páginas informativas para facilitar o acompanhamento das ações pela população e pelos órgãos de controle, bem como implementou um Comitê Extraordinário instituído para oferecer suporte consultivo e monitorar a aplicação dos recursos.

A fiscalização contínua dos recursos é essencial para **assegurar que cada centavo seja utilizado de maneira adequada** e dentro dos padrões legais. O Comitê Extraordinário instituído pela CGU tem o papel de oferecer suporte consultivo e monitorar a aplicação dos recursos. Contudo, **é imprescindível que**





CÂMARA DOS DEPUTADOS

haja um sistema robusto de fiscalização que envolva auditorias regulares e o acompanhamento de todos os processos de contratação e execução de projetos, garantindo que as irregularidades sejam detectadas e corrigidas prontamente.

No mesmo sentido, o Parlamento brasileiro se soma às expectativas do povo brasileiro quanto necessidade de transparência e eficiente resposta à crise instalada no Rio Grande do Sul, e não tem poupado esforços em sua atuação, tendo, inclusive, criada a presente Subcomissão para honrar a confiança pública, permitindo que todos os processos e recursos sejam auditáveis e estejam sujeitos à fiscalização adequada.

Portanto, a cooperação técnica entre órgãos, entidades e demais sujeitos do Poder Público contribuem para a melhoria dos trabalhos de resposta à crise implantada, pelo que a presença do Exmo. Sr.Ministro da CGU, em ato de audiência, permitirá **apresentação detalhada das ações tomadas, das dificuldades encontradas, e das estratégias presente e futuras**, além de possibilitar um diálogo aberto com os representantes públicos e a sociedade civil sobre a importância da transparência e da eficiência na gestão de recursos públicos em tempos de crise.

Diante do exposto, requeiro o apoio dos Nobres Pares para aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala das Comissões, em de de 2024.

**Deputado Federal DR. FREDERICO
PRD-MG**

